



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ENFERMAGEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

ENFERMAGEM
REGIMENTO DO PROGRAMA DE MESTRADO DA
FACENF/UFJF

Juiz de Fora – Minas Gerais
2013

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA

Art. 1º - O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, curso de Mestrado, da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Juiz de Fora – FACENF/UFJF - denomina-se Enfermagem.

Parágrafo único - O Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Enfermagem será designado, no presente regimento pelo termo “Programa” sempre que não comprometer a clareza de expressão.

Art. 2º - O Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Enfermagem será regido pelo presente regimento em complementação às normas institucionais e ao Regulamento Geral da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, aprovado pela Resolução Nº 07/2000 do Conselho Setorial de Pós- graduação e Pesquisa- CSPP da UFJF.

Art. 3º – O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Enfermagem, cuja proposta de criação foi encaminhada pelo Departamento de Enfermagem Aplicada à Direção da Faculdade de Enfermagem e desta à Pró-Reitoria de Pós-graduação da UFJF para avaliação do Conselho Setorial de Pós-graduação e Pesquisa, tendo seguido a tramitação prevista na instituição e atendido aos requisitos da legislação pertinente, foi reconhecido, homologado pelo Conselho Nacional de Educação Portaria MEC 1225 de 05/10/2010, publicado no DOU em 20/10/2010 seção 01, p 42.

CAPITULO II

DA FINALIDADE E DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

Art. 4º - O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Enfermagem objetiva possibilitar o desenvolvimento e enriquecer a competência técnica e científica de graduados em enfermagem para o exercício das atividades profissionais de ensino e pesquisa, conduzindo-os ao grau de Mestre em Enfermagem.

Parágrafo único - O curso de mestrado visa formar pessoal qualificado para o exercício das atividades de ensino superior em enfermagem e com habilidade para desenvolver pesquisa.

Art. 5º - O Programa terá duas áreas de concentração que constituirão o campo específico de conhecimento às quais estarão vinculadas as linhas de pesquisa que definem o objetivo principal das atividades acadêmicas e dos estudos desenvolvidos no âmbito do curso.

Art. 6º - A estrutura acadêmica do Programa compreende disciplinas que se articula com a área de concentração e com as linhas de pesquisa e uma área de domínio conexo com atividades não pertencentes à área de concentração, mas consideradas necessárias para a formação do aluno.

Art. 7º - O currículo do curso de mestrado abrangerá uma seqüência ordenada de disciplinas e outras atividades acadêmicas que fornecerão os subsídios teórico-metodológicos fundamentais para a compreensão do objeto de estudo e para a realização da investigação científica. A integralização do currículo dará direito ao diploma de Mestre em Enfermagem.

Art. 8º – As disciplinas representam o conjunto de estudos configurados num plano de ensino, desenvolvidos por meio de aula teórica, seminário, estudo dirigido, pratica de ensino, investigação e ou trabalho de campo e terão um valor

expresso em créditos, com correspondente carga horária, segundo legislação vigente da UFJF.

Art. 9º – A lista de oferta de disciplinas de cada período letivo deve ser definida ao final do período anterior, pela Coordenação do Curso após aprovação do Colegiado do Programa.

Art. 10º - O Curso de Mestrado obedecerá aos seguintes requisitos:

- I. Duração mínima de 18 meses e máxima de 24 meses;**
- II. Obrigatoriedade de elaboração de dissertação;**
- III. Integralidade dos estudos em disciplinas e atividades expressas em unidades de créditos, devendo o aluno cursar e ser aprovado no mínimo de 30 (trinta) créditos, dentre os quais, 21 créditos obrigatórios (03 para práticas de ensino, 10 do processo de apresentação de dissertação de mestrado e 08 créditos em disciplinas do domínio conexo). Pelo menos 09 (nove) créditos serão livres para as disciplinas eletivas, visando atender o projeto de estudo do mestrando.**
- IV. Elaborar e encaminhar um artigo para publicação relativo à temática do estudo, juntamente com o orientador durante o curso de mestrado, antes da marcação da banca de apresentação final da dissertação.**
- V. Elaborar e encaminhar um artigo para publicação proveniente da dissertação, juntamente com o orientador e apresentar comprovante de recebimento pelo periódico, ao entregar a documentação final na secretaria do programa.**

Art. 11º - Cada discente terá um professor orientador, definido nos termos do presente regimento.

Art. 12º - O Programa deverá ser integralizado dentro do prazo estipulado, incluída a aprovação da dissertação de mestrado.

I - A contagem de tempo de permanência do discente regularmente matriculado no Programa será feita levando em conta o período entre a matrícula original e a defesa final, considerando-se os interregnos.

II - A Coordenação do Curso poderá excepcionalmente estender o prazo por um período de até 06 (seis) meses para qualificação e/ou apresentação final da dissertação mediante justificativa do orientador e aprovação em Colegiado.

III – O discente deverá entregar a documentação final na secretaria do programa até trinta dias após a sua apresentação.

Parágrafo Único – A contagem de tempo para os discentes em caso de transferência será regida pelo Art. 40 deste regimento.

Art. 13º - O rendimento acadêmico, que constará do Histórico Escolar, será expresso em notas ou conceitos, como consta no Art. 26 da Resolução nº. 7/2000CSPP, de acordo com a seguinte escala:

- I. de 90 a 100: conceito A (excelente);**
- II. de 80 a 89: conceito B (bom);**
- III. de 70 a 79: conceito C (regular);**
- IV. 69 ou menor: Conceito R (reprovado);**
- V. I (Incompleto);**
- VI. J (cancelamento de inscrição em disciplina);**
- VII. K (trancamento de matrícula);**
- VIII. L (desistência de curso)**

Parágrafo único - O conceito I (incompleto) transforma-se em R (reprovado) caso os trabalhos não sejam completados e novo conceito não tenha sido atribuído até o final do próximo período de estudo.

Art. 14º - Além da reprovação por nota, será considerado reprovado, para todos os efeitos previstos no presente Regimento, o discente que não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) em cada disciplina em que estiver matriculado.

Parágrafo Único - A média acumulada será expressa em notas de 0 (zero) a 100 (cem) ou em conceitos de acordo com a escala de valores que trata o Art. 26º do Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFJF.

Art. 15º – Conceder-se-á aprovação ao aluno que satisfizer as seguintes condições:

- I. tenha obtido média igual ou superior a 70 (setenta) nas disciplinas;**

- II. tenha obtido frequência não inferior a 75% nas disciplinas;**
- III. tenha sido aprovado na apresentação da dissertação.**

Art. 16º - Será desligado do Programa, para todos os efeitos previstos no presente Regimento, o discente que se incluir em alguma das situações a seguir:

- I. Deixar de renovar sua matrícula em qualquer período letivo e não solicitar trancamento de matrícula;**
- II. Obter conceito C em duas disciplinas;**
- III. For reprovado duas vezes em disciplina do programa;**
- IV. Ultrapassar os prazos máximos estabelecidos pelo presente Regimento para o exame de qualificação e para a apresentação da dissertação de mestrado; exceto os casos que atendam ao artigo 12 inciso II do presente regimento;**
- V. For reprovado na segunda oportunidade em exame de qualificação;**
- VI. Prestar informações falsas por ocasião da seleção ou da candidatura à bolsa de estudos;**
- VII. Cometer falta grave que resulte em prejuízo do Programa ou da UFJF;**
- VIII. Cometer plágio em escritos apresentados nas atividades do Programa;**
- IX. Situações não previstas serão julgadas e decididas pelo Colegiado.**

CAPITULO III

DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 17º – A coordenação do Programa será exercida por um Colegiado, presidido (a) pelo (a) coordenador (a) e constituído por professores do Programa e pela representação estudantil, na proporção disposta na legislação em vigor.

§ 1º - Os membros de que trata o *caput* deste artigo, são os docentes permanentes do corpo docente do Programa.

§ 2º - É considerado membro nato do colegiado do Programa o Diretor da Faculdade de Enfermagem.

Art. 18º – O Colegiado do Programa terá a seguinte composição:

- I. Um coordenador (a) e vice coordenador (a), eleitos pelos membros do Colegiado, sendo o coordenador (a) docente efetivo (ativo ou aposentado (do Programa) da Faculdade de Enfermagem FACENF;**
- II. Todos os professores do corpo docente permanente do Programa;**
- III. 02 (dois) representantes discentes efetivos e dois suplentes, sendo 01 (um) do primeiro e 01(um) do segundo ano, eleitos pelos discentes do Programa, em eleição convocada e presidida pelo (a) Coordenador (a) do Programa.**

§ 1º - O mandato do (a) coordenador (a) será de 03 (três) anos, permitida a recondução por mais 01 (um) mandato;

§ 2º - O representante discente de que trata o inciso III deste artigo terá o mandato de um ano, sendo permitida uma recondução e deverá ser aluno regular, de acordo com o que prescreve o Regulamento Geral da UFJF. Após a defesa da dissertação o discente será desligado da representação;

§ 3º - Exigir-se-á, dos candidatos à representação estudantil, que estejam regularmente matriculados, cursando ou tendo cursado no mínimo, seis créditos ou que esteja matriculado para desenvolvimento das atividades de dissertação.

§ 4º - Nas faltas ou impedimentos da participação da representação discente efetiva, tal representação será assumida pelo (a) respectivo (a) suplente.

Art. 19º - Nas faltas e impedimentos do (a) Coordenador (a) suas funções serão exercidas, para todos os efeitos, pelo vice-coordenador (a).

§ 1º - Nas faltas e impedimentos simultâneos do (a) coordenador (a) e vice-coordenador (a) a função de coordenação de curso será exercida por um docente deliberado pelo Colegiado do Mestrado.

§ 2º - No impedimento permanente de qualquer docente membro da Coordenação, a sua substituição será realizada através de eleição em reunião do Colegiado do Mestrado, convocada no máximo no período de 15 (quinze) dias pelo membro do colegiado em exercício temporário; e seu mandato corresponderá ao período restante do mandato do membro a ser substituído.

Art. 20º – O colegiado reunir-se-á ordinariamente mensalmente e, extraordinariamente, quando convocado pelo (a) coordenador (a) ou pela maioria dos seus membros.

Art. 21º - O colegiado do Programa terá as seguintes atribuições:

- I. Eleger, dentre os seus membros o (a) coordenador (a) e o (a) vice-coordenador (a);**
- II. Designar a comissão de seleção para admissão de discentes regulares ao Programa;**
- III. Designar a comissão encarregada de entrevistar os candidatos à transferência para o Programa;**
- IV. Referendar os integrantes da banca examinadora da apresentação da dissertação;**
- V. Aprovar propostas e planos do (a) Coordenador (a) do Programa para a política acadêmica, financeira e administrativa do Programa;**
- VI. Aprovar relatórios apresentados pelo (a) Coordenador (a) do Programa;**
- VII. Homologar os nomes de 02 (dois) docentes do Colegiado (respeitadas às linhas de pesquisa) e um discente escolhido respectivamente pelo corpo docente e discente do Programa para constituir a Comissão de Bolsas e aprovar os critérios de concessão de bolsas;**
- VIII. Deliberar sobre assuntos acadêmicos curriculares e atividades do Programa;**
- IX. Aprovar proposta de criação ou transformação, exclusão ou extinção de disciplinas do Programa;**
- X. Deliberar sobre requerimento de prorrogação de prazos para exame de qualificação, término do curso e trancamento de matrícula e**

desligamento de alunos, de acordo com o Regulamento da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFJF;

XI. Deliberar sobre pedidos de transferência de alunos de outros programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* recomendados pela CAPES e o eventual aproveitamento de créditos;

XII. Aprovar as indicações de professor orientador;

XIII. Aprovar a mudança de professor orientador;

XIV. Homologar os projetos de dissertação;

XV. Aprovar a distribuição, remanejamento ou cancelamento de bolsas de acordo com o parecer da comissão de bolsas;

XVI. Aprovar as normas internas de funcionamento do curso;

XVII. Propor mudanças no Regimento;

XVIII. Aprovar o credenciamento dos professores orientadores, com base na produção científica dos últimos 03 (três) anos;

XIX. Deliberar sobre os casos omissos no presente Regimento.

Art. 22º – Compete ao Coordenador (a):

I. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Programa;

II. Coordenar as atividades do Programa em consonância com o presente Regimento e com as normas vigentes da UFJF;

III. Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Colegiado do Programa;

IV. Promover a coordenação didático-pedagógica do curso, exercendo as atribuições destas decorrentes;

V. Propor à Coordenação de Pós-graduação da UFJF a criação, transformação, exclusão ou a extinção de disciplinas do Programa de acordo com deliberação e aprovação do Colegiado do Curso do Mestrado;

VI. Encaminhar ao Coordenador do Departamento de Assuntos e Registros Acadêmicos da UFJF (CDARA), de acordo com as instruções desse órgão, o calendário das principais atividades acadêmicas do programa, referentes a cada ano, e outras informações solicitadas;

VII. Encaminhar à Coordenação de Pós-Graduação da UFJF todos os relatórios e informações sobre as atividades do Programa;

- VIII. Encaminhar à Coordenação de Pós-Graduação da UFJF a proposta de abertura de vagas para o Programa, num prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do início do processo de seleção;
- IX. Encaminhar aos órgãos competentes sugestões, propostas e outros expedientes de interesse do Programa e, ainda devidamente instruídos, os recursos interpostos das decisões do seu Colegiado;
- X. Elaborar o relatório e encaminhar ao Colegiado do Mestrado para o processo de avaliação do programa e de renovação de seu credenciamento conforme critérios estabelecidos pela CAPES;
- XI. Representar o programa no Conselho Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa da UFJF;
- XII. Representar o programa no Conselho de Unidade da Faculdade de Enfermagem;
- XIII. Adotar, em casos de urgência, medidas que se imponham em matéria de competência da coordenação, submetendo seu ato à ratificação desta pelo colegiado na primeira reunião subsequente;
- XIV. Informar à Pró-Reitoria de Pós-Graduação sobre a composição do Colegiado do Programa, prazos dos respectivos mandatos e suas alterações;
- XV. Solicitar o corpo docente a previsão de participação em eventos e outros gastos, elaborar a planilha de uso dos recursos financeiros do programa e ao término do ano apresentar o relatório financeiro ao colegiado de curso.
- XVI. Exercer outras atribuições, não previstas neste Regimento, concernentes à coordenação do curso, de acordo com o Regulamento Geral da Pós-graduação *Stricto Sensu* da UFJF.

CAPITULO IV

DA SELEÇÃO, ADMISSÃO, MATRÍCULA E TRANSFERÊNCIA

Art. 23º - Poderão candidatar-se ao Programa pessoas portadoras do diploma de graduação em enfermagem reconhecido pelo MEC.

Art. 24º – Somente poderão ser admitidos no Programa candidatos que tenham se submetido ao processo de seleção específico e tenham sido aprovados.

Art. 25º - A admissão ao Programa, respeitado o disposto no artigo anterior, se fará através de um dos seguintes procedimentos:

I - seleção específica para discente regular;

II - transferência de Programa de Mestrado Congênere.

Art. 26º – A inscrição de candidatos à seleção será feita mediante Edital divulgado com a devida antecedência pela Coordenação do Programa, do qual constará do período em que as inscrições serão aceitas; número de vagas existentes; condições para as inscrições; data e local da seleção e demais exigências previstas neste regimento e outras de ordem administrativa ou processual de acordo com as normas da PROPG.

§ 1º - Os pedidos de inscrição deverão ser dirigidos à Coordenação do Programa, mediante formulário próprio ou requerimento assinado pelo candidato, acompanhado da documentação específica.

§ 2º - Serão também aceitas inscrições através de procuração ou pelo correio por meio de carta registrada, respeitado os critérios definidos no Edital.

§ 3º - O valor da taxa de inscrição será determinado no Edital de seleção.

Art. 27º - A seleção de candidatos, cujas inscrições tenham sido aceitas, será feita por uma Comissão de Seleção composta por no mínimo 03 (três) docentes designados pelo colegiado do programa, podendo haver 01 (um) convidado externo com experiência em Programa de Pós-Graduação em Enfermagem;

Art. 28º - A comissão de seleção apresentará relatórios, pronunciando-se sobre o desempenho de cada um dos candidatos, indicando sua classificação, considerando as seguintes etapas da seleção:

- I. Avaliação escrita, de caráter eliminatório, de suficiência na leitura e compreensão de texto relacionado à temática do Programa, redigido em inglês;**
- II. Prova escrita de caráter eliminatório, sobre conhecimento específico de enfermagem, tendo por base a bibliografia mínima definida em anexo ao Edital de Seleção;**
- III. Avaliação, de caráter eliminatório, do anteprojeto de pesquisa;**
- IV. Análise de currículo de caráter classificatório e demais documentos referentes à história acadêmica do candidato;**
- V. A entrevista de caráter classificatório do candidato com a Comissão de Seleção.**

Parágrafo único: A nota mínima para aprovação do candidato em cada item da seleção será de 70 (setenta) pontos.

Art. 29º – Serão ofertadas no mínimo 10 (dez) vagas para o curso de mestrado, podendo haver variação neste número, mediante decisão do Colegiado.

Art. 30º – Para se inscrever como candidatos ao curso de mestrado serão exigidos os seguintes documentos:

- I. Cópia autenticada da identidade;**
- II. Cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento;**
- III. Cópia autenticada do diploma de Graduação em Enfermagem ou documento equivalente (Declaração de Conclusão do Curso com firma reconhecida ou declaração que terá concluído o curso no momento da matrícula);**
- IV. Cópia autenticada do Histórico Escolar do Curso de Graduação em Enfermagem;**
- V. Curriculum vitae, modelo lattes, devidamente comprovado;**
- VI. Registro no Conselho de Classe de Enfermagem;**
- VII. Justificativa do interesse pelo curso;**
- VIII. Carta de liberação da instituição de origem com a qual possui vínculo empregatício; assegurando que o candidato terá liberação para se dedicar ao programa;**

IX. Anteprojeto sobre o tema que pretende desenvolver na dissertação, direcionado a uma das linhas de pesquisa do Programa, conforme as normas explicitadas no Edital;

X. Requerimento de inscrição em formulário próprio, acompanhado de 2 (duas) fotografias 3x4;

XI. Recibo de pagamento da taxa de inscrição.

XII. Comprovação de estar em dia com as obrigações militares (para candidatos do sexo masculino) e eleitorais, no caso de brasileiro e, em caso de ser estrangeiro, comprovação de regularidade da estada no país.

Art. 31º - O candidato à transferência para o Programa deverá apresentar os seguintes documentos, além daqueles exigidos para os alunos regulares:

I. Cópia autenticada do Histórico Escolar do Programa de Mestrado em andamento, no qual constem as disciplinas cursadas, sua carga horária, avaliação em notas ou conceitos e créditos obtidos;

II. Programas e bibliografias das disciplinas que compõem o Histórico Escolar;

III. Carta de aceite de orientação redigida por um professor do Programa conforme modelo próprio;

IV. Comprovante de proficiência na língua estrangeira exigida pelo Programa;

V. Carta de justificativa do pedido de transferência, contendo, ademais, uma apreciação dos estudos de mestrado realizados na instituição de origem.

VI. O aceite de transferência será feito mediante de disponibilidade de vaga.

Art. 32º - O aluno admitido no Programa deverá requerer matrícula nas disciplinas de seu interesse, semestralmente, mediante requerimento ao Coordenador, protocolado na Secretaria de Pós-Graduação, dentro do prazo estabelecido no calendário escolar e com anuência por escrito de seu orientador.

Art. 33º - No início de cada período letivo regular, o aluno deverá matricular-se nas disciplinas obrigatórias.

Art. 34º - A escolha das disciplinas eletivas deverá ser feita em comum acordo com o professor orientador, levando-se em consideração a área de concentração e linha de pesquisa à qual o aluno será vinculado e, especialmente, a afinidade com o tema da dissertação.

Parágrafo único - o requerimento para matrícula deverá conter também a assinatura do orientador.

Art. 35º - Além das disciplinas ofertadas pelo programa, o aluno poderá matricular-se em disciplinas ofertadas em outros cursos de Pós-Graduação reconhecidos pela CAPES, desde que haja parecer favorável, por escrito, de seu orientador e anuência das respectivas Coordenações dos Programas envolvidos.

Parágrafo único - Disciplinas cursadas em outro Curso de Pós-Graduação poderão ser consideradas disciplinas eletivas nos termos do presente regimento se aprovadas pela Coordenação do Programa, podendo ser aproveitados apenas 25% (vinte e cinco por cento) da creditação.

Art. 36º - Poderão ser aceitos alunos de Cursos de Pós-Graduação de outras instituições, para matrícula em disciplinas isoladas no Programa, de acordo a apreciação do Colegiado do Programa e a Coordenação do Curso de origem.

- I. A matrícula de que trata o *caput* deste artigo será efetuada mediante solicitação do (a) Coordenador (a) do Curso de origem do candidato respeitando-se o calendário das atividades deste Programa;**
- II. As matrículas em disciplinas isoladas cursadas por candidatos poderão ter taxa, desde que aprovadas pelo Colegiado.**

Art. 37º - O candidato à transferência será entrevistado por 03 (três) professores do Programa designados pela Coordenação do mesmo.

Art. 38º - O pedido de transferência será apreciado pelo Colegiado do Programa devendo ser aprovado pela maioria de seus membros.

Art. 39º - O candidato que tiver seu pedido de transferência aprovado deverá cursar as disciplinas obrigatórias exigidas pelo Programa, independentemente do número de créditos obtidos na instituição de origem.

Art. 40º - O trancamento de disciplina parcial ou total do Mestrado somente será aceito mediante a aquiescência do orientador e do colegiado do programa.

§ 1º - O discente poderá requerer trancamento parcial de matrícula antes de ter cursado 25% da carga horária total da disciplina matriculada, mediante parecer favorável de seu (sua) Orientador (a).

§ 2º - Será concedido o trancamento parcial ou total de matrícula por no máximo um semestre.

§ 3º - O trancamento parcial da matrícula será registrado pela Secretaria e comunicado à Coordenação do Departamento de Assuntos e Registros Acadêmicos (CDARA) com anexo das justificativas por escrito.

§ 4º - O trancamento por licença maternidade deverá seguir as normas vigentes definidas por Lei.

Art. 41º - Excepcionalmente, com base em motivos relevantes e mediante parecer do Orientador, será concedido trancamento integral das disciplinas.

Art. 42º - O discente que tiver trancado a matrícula perderá em definitivo o direito a bolsa do Programa.

Art. 43º - Caberá ao Colegiado do Programa deliberar sobre requerimentos de trancamento de matrícula parcial ou integral.

Art. 44º - O processo de reingresso no programa deverá ocorrer com a matrícula nas disciplinas com aquiescência do orientador.

Art. 45º - Graduado não inscrito no programa, seja ou não discente de outro Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, poderá requerer matrícula como discente especial em disciplina isolada, mediante formulário próprio, acompanhado de 02 (duas) fotos 3x4, identidade, e dos seguintes documentos:

- I. Fotocópia autenticada do diploma de graduação;**
- II. Curriculum vitae, modelo Lattes-CNPq, com comprovantes;**
- III. Exposição de motivos justificando a solicitação.**
- IV. Parecer favorável do professor responsável pela disciplina;**
- V. Comprovante de pagamento da taxa.**
- VI. Outros documentos que venham a ser considerados necessários pelo (a) Coordenador (a) do Programa ou pelo CDARA.**

Art. 46º - São condições indispensáveis para matrícula em disciplina isolada:

- I. Existência de vaga na disciplina;**
- II. Atendimento a eventuais pré-requisitos;**

Art. 47º - Ao discente especial de disciplina isolada será permitido cursar até no máximo 25% (vinte e cinco por cento) do total de créditos exigidos no Programa.

Art. 48º - O discente regular do Programa poderá aproveitar os créditos de disciplinas que tenha cursado na condição de discente especial desde que tenha atingido a nota mínima 70 (setenta) em cada disciplina cujos créditos serão aproveitados.

Art. 49º - Logo após o início de cada período letivo, o (a) Coordenador (a) do Programa enviará a Coordenação do CDARA a ficha de registro de cada discente que realizou matrícula pela primeira vez, a cópia de matrícula dos demais discentes e a relação dos discentes especiais.

CAPÍTULO V

DO CORPO DOCENTE DA ORIENTAÇÃO

Art. 50º - O corpo docente do programa é composto por professores doutores lotado nos Departamentos da Faculdade de Enfermagem da UFJF;

- I. Professores Permanentes constituindo o núcleo principal de docentes do programa;**

II. Professores Colaboradores;

III. Professores Visitantes;

Art. 51º - Poderão ser credenciados para o corpo docente do Programa pesquisadores doutores não vinculados aos departamentos da Faculdade de Enfermagem da UFJF, que desenvolvam regularmente pesquisas em colaboração com estes departamentos, desde que aprovado pelo Colegiado.

Art. 52º - Dos professores orientadores exigir-se-á o título de Doutor e o seu credenciamento pelo Colegiado do Programa, devendo este credenciamento ser renovado a cada 03 (três) anos, de acordo com o § 1º do Art. 22 da Resolução 07/2000 do CSPP.

Art. 53º - Na primeira reunião após a divulgação do resultado da seleção de discentes, o Colegiado do Programa deverá aprovar a relação de professores orientadores dos discentes admitidos nessa seleção, levando em consideração a disponibilidade dos professores do Programa e a vinculação da temática do projeto do aluno aprovado a 01(uma) linha de pesquisa.

Art. 54º - Cada professor poderá assumir, simultaneamente, a orientação de até 05 (cinco) dissertações de mestrado, limite que poderá ser ultrapassado temporariamente, em casos excepcionais, aprovados pelo Colegiado do Programa.

Art. 55º - Compete ao professor orientador:

- I. Orientar o discente na organização do seu plano de estudos, opinar sobre trancamento e encaminhamento de matrícula em disciplinas, bem como assisti-lo em sua formação durante o Programa;**
- II. Emitir avaliação semestral sobre o desempenho do discente e sobre o andamento da investigação;**
- III. Orientar a Dissertação em todas as fases de elaboração;**
- IV. Escolher, em caso de necessidade e de comum acordo com o orientando, um co-orientador que deverá ser aprovado pelo Colegiado do Programa;**

V. Informar ao Colegiado do Programa a respeito do desenvolvimento da pesquisa, redação da dissertação e dos relatórios de atividades de seu(s) orientando(s);

VI. Presidir a Comissão Examinadora do discente, por ocasião da apresentação do projeto, do exame de qualificação e da apresentação da dissertação;

VII. Sugerir à Coordenação do Curso os nomes de professores para compor a Banca Examinadora do Projeto, da Qualificação e da Apresentação da Dissertação;

VIII. Receber de seu (sua) orientando (a) relatório semestral, por escrito, contendo as atividades desenvolvidas no período e sua autoavaliação de desempenho.

Art. 56º – O Docente e ou Discente poderá solicitar ao Colegiado do Programa a troca de professor orientador, mediante requerimento fundamentado.

CAPITULO VI

DA DEFESA DO PROJETO, DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Art. 57º - Será exigida do aluno a Defesa do Projeto, Exame de Qualificação e Apresentação da Dissertação que deverão ser realizados perante uma Comissão Julgadora, sugerida pelo aluno em consonância com o orientador e aprovada pelo Colegiado do Programa, composta por membros efetivos e suplentes, tendo o (a) orientador (a) como presidente.

§1º - A Defesa do Projeto deverá ser realizada ao final do primeiro período letivo, perante uma banca composta de três membros;

§ 2º - O Exame de Qualificação do Projeto deverá ser realizado até o final do 16º (décimo sexto) mês letivo;

§ 3º - A avaliação do Exame de Qualificação se fará com base na análise do relatório escrito apresentado pelo candidato e na arguição oral, perante uma banca composta da seguinte forma orientador Presidente da

Banca, 02 membros examinadores, sendo um externo a UFJF. A banca devesa ter um suplente.

§ 4º - Estando o orientador impossibilitado da defesa do Projeto e Exame de Qualificação o Colegiado designará seu substituto.

Art. 58º - O resultado da Defesa do Projeto e do Exame de Qualificação e da Apresentação da Dissertação será registrado em livro de ata específico, podendo a comissão deliberar:

- I. Pela aprovação do candidato;
- II. Aprovado com recomendações para novo Exame de Qualificação;
- III. Pela reprovação do candidato, com direito a nova apresentação;

§ 1º - Em caso de deliberação por novo Exame de Qualificação, a data será marcada pela comissão dentro do prazo máximo de 03 (três) meses após o primeiro Exame, não podendo ser concedido nova oportunidade de Exame.

§ 2º- Em caso de reprovação no 2º Exame de Qualificação o estudante será excluído do programa.

3º- O aluno só poderá apresentar a Dissertação após aprovação no Exame de Qualificação de que se trata nesse artigo.

§ 4º- Para a marcação de banca de apresentação final os discentes deverão ter concluído os créditos do curso, as notas lançadas no SIGA e ter atendido o disposto no artigo 10, inciso 4.

Art. 59º - A dissertação compreende um trabalho de pesquisa elaborado sob a supervisão de um (a) professor (a) orientador (a).

Art. 60º - Para cada aluno deverá ser constituída 01 (uma) Banca Examinadora de Dissertação que será composta pelo orientador e 04 (quatro) doutores, sendo 02 (dois) titulares e 02 (dois) suplentes, sugeridos pelo aluno em consonância com o orientador e homologados pelo Colegiado do Programa e pela Pró-reitoria de Pós-graduação/UFJF.

§ 1º - A banca examinadora de que trata o *caput* deste artigo, deverá ter pelo menos um examinador e um suplente externos à UFJF e caberá ao orientador da Dissertação a presidência da mesma.

§ 2º - Estando o orientador impossibilitado de participar do exame o Colegiado do Programa designará um substituto.

Art. 61º - A apresentação final da Dissertação será realizada em data fixada pela Coordenação do Curso, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias, após entrega da dissertação à Coordenação.

Art. 62º - O discente deverá entregar à Coordenação, dentro do prazo previsto para integralização, sua dissertação visando à obtenção do título de Mestre, em 05 (cinco) cópias impressas e 01 cópia em meio digital, acompanhadas de requerimento ao Colegiado do Programa solicitando o exame de seu trabalho.

Art. 63º - A elaboração e apresentação das dissertações submetidas a exame deverão observar as normas pertinentes e diretrizes específicas aprovadas pelo Colegiado do Programa.

Art. 64º - A apresentação final da dissertação será realizada em dia e hora estabelecidos e divulgados pela Coordenação do Programa, sendo sua realização aberta ao público.

Art. 65º - O exame da dissertação de mestrado obedecerá ao seguinte roteiro:

- I. Apresentação pelo discente, com a duração máxima de 40 minutos;**
- II. Arguição do discente pelos membros da banca, reservado o tempo máximo de 20 minutos a cada um;**
- III. Resposta do discente a cada examinador, com a duração de no máximo 20 minutos para cada resposta.**

Art. 66º - Cada examinador, individual e separadamente, fará sua avaliação da dissertação apresentada pelo discente, expressa de acordo com os conceitos definidos no presente Regimento.

Art. 67º – Os membros da banca deverão atribuir ao candidato uma das menções: aprovado, aprovado com recomendações ou não aprovado.

§ 1º - Será considerado aprovado na Dissertação o discente que receber esta menção de todos os membros da Comissão.

§ 2º - Nos casos em que sejam sugeridas, pelos membros da Comissão, modificações na dissertação, o aluno deverá efetuar-las no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias.

Art. 68º - Será lavrada Ata da Sessão da Apresentação da Dissertação e encaminhada ao Colegiado do Programa, para homologação pelos órgãos competentes da UFJF.

Parágrafo único - Terá direito a titulação de Mestre em Enfermagem o discente que cumprir todos os requisitos previstos no presente regimento e atender o disposto no protocolo de apresentação final.

CAPÍTULO VII DA COMISSÃO DE BOLSAS

Art. 69º - A Comissão de Bolsas do Programa será composta pelo (a) Coordenador (a) do Programa, como membro nato, por 03 (três) representantes do corpo docente e 02 (dois) representantes do corpo discente.

Art. 70º - Os representantes docentes serão escolhidos pelo Colegiado entre os professores pertencentes ao Programa e terão o mandato de 02 (dois) anos, permitindo-se apenas 01 (uma) recondução imediata.

Art. 71º – Os representantes discentes serão escolhidos por seus pares e terão mandato de 01 (um) ano, permitindo-se apenas uma recondução.

Art. 72º - Compete a Comissão de Bolsas:

- I. Divulgar as normas de concessão de bolsas;**
- II. Acompanhar o fiel cumprimento das normas de concessão de bolsas, devendo propor ao Colegiado do Programa o cancelamento da bolsa, nos termos das normas vigentes;**
- III. Deliberar sobre os pedidos de bolsas, observadas as normas vigentes nos dispositivos regimentais; critérios para concessão de bolsas (CAPES, FAPEMIG e UFJF)**
- IV. Apresentar ao Colegiado do Programa para ciência e homologação, relatório de cada seleção para concessão de bolsa(s).**

Art. 73º - Condição a candidatura para a bolsa do Mestrado:

- I. Atender os critérios das agências de fomento;**
- II. Estar regularmente matriculado no programa;**

Art. 74º - Serão observados os seguintes critérios na seleção de candidatos a bolsas, além das determinações das agências de fomento:

- I. Sem vínculo empregatício.**
- II. Com dedicação integral ao curso.**
- III. Classificação na Seleção.**
- IV. Produtividade e desempenho no curso.**
- V. Residir fora de Juiz de Fora (a mais de 100 km da sede do curso) priorizando a localidade mais distante.**
- VI. Professor de ensino de qualquer grau com mínimo de 20 horas diurnas semanais para dedicação ao curso do Mestrado.**

§ 1º - Não será prioritária a concessão de bolsa a candidato aposentado ou com vínculo empregatício durante o período do Programa;

§ 2º - O acompanhamento acadêmico dos bolsistas pelo seu orientador levará, também, em consideração a alínea II e IV do presente artigo.

Art. 75º - Duração da Bolsa: A bolsa será implementada por até 12 meses. Ressalta-se que o candidato poderá concorrer a qualquer bolsa de fomento, mas o somatório dos meses recebidos não poderá ultrapassar 12 meses e não pode ser

acumulativa. A bolsa poderá ser renovada anualmente e terá a duração máxima de 24 meses.

Art. 76º - Renovação da Bolsa: O bolsista poderá solicitar renovação anual da bolsa no mínimo 30 dias antes do prazo de vencimento, sendo da sua responsabilidade. Esta renovação se dará após avaliação da Comissão de Bolsas segundo os critérios:

- Reapresentação da solicitação de bolsa de acordo com o prazo de vencimento (30 dias antes do prazo do vencimento).
- Análise do rendimento acadêmico do mestrando através de Relatório de Atividades do Bolsista (modelo das agências de fomento) elaborado por todos os bolsistas que pretendam manter a bolsa, com aquiescência de seu orientador.
- A renovação da bolsa poderá ser concedida após a comissão de bolsas procederem ao julgamento dos candidatos de acordo com os critérios da pós-graduação para concessão de bolsas, conforme o disposto no artigo 73, alíneas I a VI.

CAPÍTULO VIII

DA CONCESSÃO DO GRAU ACADÊMICO

Art. 77º - O discente que obtiver aprovação conforme o disposto no Art. 29 deste Regimento e em todas as disciplinas constantes de seu Histórico Escolar, além de ter cumprido todas as exigências do Regimento, estará habilitado ao grau de Mestre em Enfermagem a ser concedido pela UFJF.

Art. 78º - Será expedido o diploma de Mestre em Enfermagem apenas quando o Conselho Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa homologar a ata da Banca Examinadora, aprovada pelo Colegiado do Programa.

CAPÍTULO IX
CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO, REcredENCIAMENTO E
DESCREDENCIAMENTO DE DOCENTES:

Art. 79º - Integram a categoria de “docente permanente”, constituindo o núcleo principal de docentes do Programa de Pós-graduação Mestrado em Enfermagem, os docentes que desenvolvem atividades de ensino na pós-graduação e graduação; participam de projetos de pesquisa do programa; orientam alunos do mestrado e tenham vínculo com a UFJF.

Art. 80º - Poderão ser credenciados na categoria “docente permanente” os docentes que atendam os seguintes requisitos:

- I. Seja professor doutor do quadro permanente da Faculdade de Enfermagem ativo ou aposentado;**
- II. Possua perfil de produção compatível com os critérios estipulados pela Comissão de Avaliação do Programa;**
- III. Tenha realizado e concluído orientação no Curso de Graduação.**
- IV. Aprovação do Colegiado do Programa.**

Art. 81º - Integram a categoria de “docente colaborador” do Programa de Pós-graduação Mestrado em Enfermagem, constituindo no máximo 30% dos docentes permanentes do programa, os docentes que atendam os seguintes requisitos:

- I. Seja professor doutor do quadro permanente da Faculdade de Enfermagem ativo ou aposentado;**
- II. Possua perfil de produção compatível com os critérios estipulados pela Comissão de Avaliação do Programa;**
- III. Desenvolvam atividades de ensino, tenha realizado e concluído orientação no Curso de Graduação.**
- IV. Aprovação do Colegiado do Programa.**

PROCEDIMENTO DO ENCAMINHAMENTO DO PROCESSO:

1. Abertura de processo administrativo na secretaria do Programa de Pós-graduação com memorando de solicitação do pretendente à coordenação, indicando a área de concentração e as linhas de pesquisa para orientação. Anexar Curriculum Vitae atualizado em formato Lattes.
2. Parecer da coordenação sobre a manutenção do equilíbrio entre áreas de concentração.
3. Encaminhamento por parte da coordenação do pedido do credenciamento para a Comissão de Avaliação para emissão do parecer com a aprovação formalizada através de ata de reunião.
4. Submissão de aprovação e homologação ao colegiado do programa.

REQUISITOS MÍNIMOS PARA CREDENCIAMENTO:

1. Verificação de disponibilidade pelo nível de referência (permanente, colaborador). O programa exige que, no máximo 30% dos seus docentes estejam enquadrados fora do nível de Permanente.
2. Comprovação de orientação na Graduação de alunos em Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) ou Iniciação Científica ou Projetos de Pesquisa.
3. Apresentar Índice de Produtividade Docente (IPD) considerando o período de avaliação dos docentes credenciados no programa, conforme Avaliação Trienal da CAPES. O índice de produtividade docente será pautado nos critérios: Participação das atividades didáticas do programa; formação de recursos humanos e produção técnico-científico.
4. Aprovação pelo Colegiado do Programa.

Art. 82º - O credenciamento será realizado por ato da coordenação, analisando-se as informações do Coleta Capes, para os docentes que obtiverem

Índice de Produtividade Docente (IPD) dentre os docentes mais produtivos. Os demais, que não obtiveram credenciamento, poderão atuar como professores colaboradores, concluindo as orientações que tenham sob sua responsabilidade. Os docentes em processo de descredenciamento que permanecerem nesta condição pelo período de três anos consecutivos serão desligados do programa.

CAPITULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 83º - O discente cursará o Programa sob o regime em vigor na ocasião da matrícula, desde que ela não tenha sido trancada ou cancelada, ficando o discente sujeito ao regime vigente na ocasião de rematrícula.

Art. 84º - Os registros dos atos administrativos e acadêmicos referentes ao Programa constituem o Arquivo do Programa, devendo ser objeto de gestão documental apropriada, sob a responsabilidade do (a) Coordenador (a) do Programa que se responsabilizará, também pela conservação e preservação dos documentos de valor permanente.

Art. 85º - Os casos omissos no presente Regimento serão objetos de resolução do Colegiado do Programa.

Art. 86º - O presente regimento entrará em vigor após sua aprovação pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Departamento de Enfermagem Aplicada da Faculdade de Enfermagem/ UFJF - Mestrado em Enfermagem.

Art. 87º - Este regimento foi aprovado em Reunião Extraordinária do Colegiado do Programa de Mestrado realizada em 04 de abril de 2013.

